



Lúcia Palazzo*

O noviço e o divã flutuante: entre a alienação e o viço

Em busca de uma linguagem própria, os psicanalistas latino-americanos percorrem um longo processo de autoconhecimento que poderíamos denominar antropofágico, em razão do que consomem de literatura estrangeira e da produzida nos próprios países de origem, com encontros e desencontros afetivos e teóricos.

A seção **Vórtice**, ao tratar do tema da *supervisão em psicanálise*, pretende abrir o debate de forma mais ampla, considerando alguns modelos de formação nos institutos das sociedades psicanalíticas em geral.

A ocasião é oportuna para pensarmos algumas questões que enfrenta um jovem estudante ao descobrir que os analistas falam várias línguas teóricas e práticas, e que, frente ao desconforto da diversidade, tende a concluir que a “verdadeira” análise é a que ele mesmo pratica de acordo com seu analista e supervisor de formação. Mezan ilustra bem esse choque inicial:

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

Costuma-se reagir a este choque com um espasmo defensivo: a boa psicanálise é a que me ensinaram, aquela que orientou minha análise pessoal e as supervisões que fiz até agora... O que “eles” denominam psicanálise é uma aberração! Lacan? Um intelectualizador contumaz, um manipulador da transferência, dirá o bioniano. Bion? Um místico que nunca saiu do imaginário, dirá o lacaniano. E assim por diante... convicção acompanhada pelo desprezo do que possam significar essas discrepâncias quanto à própria natureza da psicanálise. Elas são ignoradas em nome de uma lógica bélica (e tosca), na qual só existem verdades absolutas e erros integrais. (Mezan, 2014, p. 24).

Para não falarmos de ataques dirigidos aos supostos grupos de kleinianos e dos bonzinhos winnicottianos, inveja e “colinho” na berlinda.

A história do movimento psicanalítico, com dissidências e brigas, agitou corações e mentes ilustres na luta pela defesa do legado freudiano e, já naquela época, sentia-se a necessidade não só da transmissão desse saber, como também de compartilhar as experiências, e dúvidas teóricas e clínicas. Freud rece-

bia simpatizantes e seguia em longos passeios com essas finalidades. No final do século XIX, na sala de espera do seu consultório, inaugurou a Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras, recebendo jovens médicos e membros de várias profissões: jornalistas, editores, professores universitários etc., que queriam conhecer as suas ideias para aplicar à psicoterapia e, também, para discutir peças de teatro e outras manifestações culturais. *Herr Professor* se dedicava aos estudos e a descobertas clínicas, produzindo farto material escrito e cuidando das providências da criação da primeira revista de psicanálise, *Anuário de Pesquisas Psicanalíticas e Psicopatológicas* (Mezan, 2014).

Segundo Roudinesco (1998), o termo *supervisão* foi introduzido por Freud em 1919 e instituído oficialmente como prática obrigatória desde 1925, junto à análise didática, em todas as sociedades componentes da IPA. Mas, em 1920, a Policlínica Psicanalítica de Berlim já havia sistematizado essa prática, de acordo com relatório de Max Eitingon, para controlar por meio de anotações detalhadas, evitar os enganos e proteger os pacientes confiados aos iniciantes (Stein, 1992). Então, as análises de controle tomaram força e ganharam mundo com a imigração de psicanalistas europeus fugindo da perseguição nazista, acentuando a criação de modelos e regras em torno da formação. Por vezes distante da ideia inicial de Freud, que considerou necessária uma atitude não diretiva, mas de indagação e crítica de si mesmo em relação ao trabalho analítico, prevaleceu a noção de análise de controle em alguns institutos. As supervisões coletivas também foram iniciadas em Paris, mesmo suscitando controvérsias. O trabalho do grupo de candidatos María Eugenia Fissore, Adriana Pontelli, Marcela Armeñanzas, María Laura Dargenton, Silvina TombiÓN, Patricia de Cara, Pablo Dragotto e Milena Vigil poderá abrir a questão nos dias atuais, enriquecendo o debate de **Vórtice**.

As normas impostas aos noviços tentavam dar conta da transmissão de um saber que flutuava entre o divã do analista do candidato, do próprio candidato e do supervisor. Entre o viço do iniciante, sua emancipação e criatividade, e entre os vícios institucionais, as disputas de poder, transferências cruzadas

e modelos normativos. A horda selvagem dá lugar, em alguns aspectos, ao rebanho sedento de diplomas e explicações teóricas. Passou-se a ter uma uniformização das condições de admissão e reconhecimento.

Criaram-se vários mitos: do melhor analisando para caso oficial (neuróticos de preferência); da análise mais profunda em frequência altíssima; do supervisor na mesma linha teórica do analista didata; do pagamento não superior ao pago na própria análise; a crença na perenidade das instituições com modelos determinados e a garantia da reprodução científica. Além das questões intrínsecas ao processo analítico do candidato, com a demanda de supervisão e, vice-versa, com a demanda de análise na supervisão.

Evidentemente, necessitamos falar da clínica entre nossos pares, e os institutos de ensino buscam saídas para avançar e lidar com as resistências às mudanças. Várias sociedades realizam, atualmente, eventos de supervisão conjunta, que são muito concorridos por trazerem a vivência clínica viva. A clínica social oferece, em alguns casos, um grupo de analistas que dão supervisão gratuita para aqueles que iniciam atendimento com pessoas inscritas na referida clínica.

A importância da supervisão se sustenta na condição de alteridade que a função analítica exige, abrindo outros espaços para reflexão e conhecimento de linhas teóricas diversas. O analista em formação entra em contato com outros pensamentos e técnicas, lidando com as idealizações e os conflitos que surgem na vida institucional.

Quem fala a quem?

Esse é o questionamento que circunscreve, segundo Mannoni, o eixo por onde giram as incursões da dupla analista/supervisor em relação à experiência do inconsciente. Lembra que Freud introduz a noção de formação, *Ausbildung*, mais próxima da ideia de interrogação, de uma crítica de si, que da noção de modelo. “Na noção de formação, estava presente a preocupação de uma camaradagem, a necessidade, no espírito de alguns, de ajudar o sujeito a se desvencilhar de toda identificação ao analista e de todo superego institucional.”

E, mais adiante, define a posição que sustenta: “O supervisor deveria ajudar o analista a tomar consciência das referências com as quais ele funciona, a colocá-las em confronto com as outras referências, ajudando-o a encontrar um estilo próprio que não seja pura imitação da habilidade de um outro” (Mannoni, 1992).

Quem fala a quem, reflexão que sugere várias interlocuções e visões distintas, ou mesmo complementares, que poderão ser acompanhadas nos textos dos autores de **Vórtice**: Carlos Barredo, Griselda Sánchez Zago, Fernanda Marinho, André Beetschen, Bruno Salésio e Olga Varela.

A possibilidade de conhecer vários “mes-tres” ou transitar por vários pontos de encontro analítico enriquece a trajetória, contínua, que todo analista se dispõe a percorrer.

O contato diário com a psicanálise suscita em nós, aprendizes de uma mirada de cego, o viço inicial, a exuberância, a força e o verdor dos primeiros tempos. A tempestade do inconsciente que não cessa e não cala.

Referências

- Mannoni, M. (1992). *Risco e possibilidade da supervisão*. In C. Stein (Ed.), *A supervisão na psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Mezan, R. (2014). *O tronco e os ramos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Stein, C. (Ed.). (1992). *A supervisão na psicanálise*. São Paulo: Escuta.